

A GUERRA CIVIL BRASILEIRA: conservadorismo ou miséria na explicação desse processo

Por Samuel Costa Filho*

Resumo: o presente artigo, a partir das ideias de Hirschman com respeito às paixões humanas malignas e ao controle dessas pelos interesses econômicos, trata dos motivos dos níveis elevados de criminalidade existente na sociedade brasileira, que chegamos a revelar a existência de uma verdadeira guerra civil não declarada. A dominância do capitalismo financeiro não somente despertou paixões ainda mais malignas, como egoísmo, consumismo, etc., mas passou a estimulá-las e glorificá-las como atitudes bem-vindas. Na sociedade brasileira, o processo de transformação de sua herança rural para um capitalismo moderno de massa foi eliminando os elementos que seguravam a revolta e que mantinham conformados a grande quantidade de miseráveis e pobres. A partir da crise dos anos 1980 e, posteriormente, com as políticas neoliberais de dominância financeira, essas paixões malignas também passaram a predominar na sociedade brasileira. O neoliberalismo debilitou ainda mais o Estado, que se revelou despreparado para enfrentar esse combate.

Palavras-chave: Questão social. Sociedade brasileira. Capitalismo. Ideologia. Guerra Civil.

1 Introdução

A sociedade brasileira ainda é uma das mais desiguais do mundo contemporâneo. Embora nas duas últimas décadas tenha ocorrido um processo de melhoria na questão da distribuição de renda entre o trabalho e avanços nos indicadores sociais, os privilegiados, a classe alta, cresceu 54% entre 2003 e maio de 2011. No *ranking* de 1.210 bilionários da badalada Revista *Forbes*, os brasileiros só perdem em número para os multimilionários dos Estados Unidos da América, China, Rússia, Índia, Alemanha e Inglaterra, ocupando a sétima posição (MARTINS; VIEIRA, 2011). Em uma nação acostumada com as desigualdades, o número de ricos é crescente: em 2010, segundo a mesma revista *Forbes*, o País ganhou aproximadamente 23 novos milionários por dia e o número de pessoas com US\$ 1 milhão de dólares alcançou mais de 155 mil pessoas. O Brasil, com renda *per capita* de apenas US\$ 10,9 mil - 50% inferior à da Argentina (que é de US\$ 15,9 mil) -, ao ter tantos bilionários e milionários, revela uma característica de maior perversidade do capitalismo nativo em relação aos outros países capitalistas.

O processo de formação da sociedade brasileira deixou marcas profundas, e sua maior característica é a construção de uma sociedade marcada por elevadas desigualdades econômicas e sociais. Apesar dos avanços recentes, a desigualdade permanece; nas últimas décadas

também cresceu o problema da violência urbana e o sentimento de insegurança; é constante um sentimento de ameaça e intranquilidade no cotidiano das pessoas que vivem tanto nas grandes metrópoles como nas cidades do interior, revelando um processo de interiorização da violência - o número de crimes e assaltos é tal que supera grandes conflitos e guerras entre nações: em 2009, o *Human Rights Watch* divulgou relatório afirmando que aproximadamente 50 mil homicídios ocorrem a cada ano no Brasil (REPÓRTER BRASIL, 2009, n.p.).

Nessa realidade, existem duas principais correntes que explicam o motivo desta guerra civil brasileira. O lado conservador, que critica a falta de segurança e o crescimento da marginalidade, assenta-se no discurso de falta e incompetência da polícia e da segurança pública, de leniência do judiciário e de omissão do Estado. Por outro lado, as instituições e as pessoas que estudam a questão social brasileira, preocupadas com o grave quadro econômico-social, apresentam esta situação como uma fábrica de injustiças e de marginais, propondo e reivindicando melhorias e políticas sociais como forma de resolver o problema.

O objetivo deste artigo, portanto, é analisar os motivos desse elevado índice de criminalidade e insegurança presente na sociedade brasileira, a partir da tese de Alberto Hirschman (2002) sobre o

comportamento humano em uma ordem social que tenta pôr freios nas paixões humanas malignas, ao estimular o lado da razão e dos interesses do indivíduo no processo de formação de uma sociedade coletiva. Para este fim, na seção seguinte são apresentados os fundamentos ideológicos do capitalismo que procuram justificar o sistema e pôr freios nas paixões malignas humanas - da gênese da lógica do espírito do capitalismo em Max Weber (1989), até a ideologia do período de dominância do capital financeiro; em continuação, aborda-se o processo de formação da sociedade brasileira e suas peculiaridades, para tratar da questão dos altos índices de criminalidade no País e, no final, apresentar algumas conclusões preliminares.

2 Os fundamentos ideológicos do capitalismo: da sua gênese ao capital financeiro

No período feudal, predominava a condenação das atividades econômicas baseadas em atitudes que eram consideradas paixões humanas condenáveis e malignas (usura, comércio, amor ao ganho e avareza). Todavia, o processo de evolução histórica da humanidade levou ao desenvolvimento e vitória da sociedade capitalista, que, inicialmente, difundiu a ideologia baseada na ética protestante do trabalho duro, da frugalidade e da legitimação do ganho financeiro e do lucro, disseminando assim a aceitação do comércio e até a atividade da usura.

Albert O. Hirschman (2002), ao estudar o capitalismo nascente, apresentou a interessante tese em defesa do sistema capitalista, baseado na arguta percepção da crença de que este sistema desperta no homem algumas tendências benignas que se contrapõem a algumas malignas, levando à vitória do interesse próprio (do lucro), subjugando as paixões humanas nocivas, malignas e violentas, que são próprias dos indivíduos e que os levam a ter tais atitudes e a serem maus. Essa oposição entre interesses (econômicos) e paixões (humanas) passou a conferir ao interesse e ao enriquecimento uma conotação positiva e criou limites pondo freios nas paixões humanas malignas. Gestou-se um novo paradigma reducionista do interesse próprio que colocou o interesse da vantagem material, do ganho, da aceitação da acumulação e do comércio como comportamento socialmente útil, aceitável e dominante dentro dessa nova ordem social. As atividades econômicas da usura, do comércio, que foram amaldiçoadas e reprovadas durante séculos,

passaram a ser tidas como importantes e valorizadas pelas elites, contribuindo melhor para o abrandamento das paixões malignas e para o controle sobre a atuação dos governos despóticos. Devido à incapacidade de a religião coibir as paixões humanas em uma sociedade capitalista, a razão passou a ser o melhor controlador dos indivíduos e dos governos, servindo não somente para explicar a origem do sistema capitalista, mas para a sua reprodução como ordem social.

Conforme Hirschman (2002), essa atitude positiva em relação à atividade econômica foi amparada, ao longo do tempo, por diferentes correntes ideológicas que passaram a mostrar como determinadas paixões humanas inofensivas predominantes no capitalismo fizeram despertar algumas tendências benignas, em detrimento de muitas outras malignas.

No processo de gênese, expansão e desenvolvimento do capitalismo, ocorreu uma evolução histórica que apresentou uma fase concorrencial; em seguida, outra de predominância estatal-oligopolizada e, hodiernamente, ocorre o domínio do capital financeiro. Na sociedade capitalista, ao longo desse processo de mudança, foram surgindo e sendo adaptados novos fundamentos necessários para justificar e legitimar essa formação social, como também para manter a adesão ativa e o sacrifício das classes menos beneficiadas por esse sistema. As construções dessas ideologias procuraram identificar e enaltecer os elementos responsáveis pelo sucesso do capitalismo em cada fase histórica, disseminando uma atitude individual e social positiva em relação a esse momento vivido pela realidade econômica e social, e servindo como base ideológica para legitimar as novas relações interpessoais burguesas.

Os intelectuais da ortodoxia se encarregaram de desenvolver as diferentes formas de legitimar essa sociedade, com a apresentação das razões que permitiram inicialmente a autonomia individual, aliada à ideia de formação de uma sociedade solidária e de um convívio social saudável, sujeita à regulação pelo Estado. Essa justificativa apareceu sempre de uma forma diferente, segundo o momento histórico, econômico e social da realidade capitalista. A ideia disseminada era a de que essa sociedade proporcionaria vantagens coletivas, contribuindo para todos e para o bem comum, de modo que os interesses econômicos

serviriam de elemento para conter as paixões malignas de uma forma mais vantajosa do que as usadas pela religião, no adequado funcionamento da sociedade capitalista. Os séculos XIV ao XVIII representam o período complexo de transição ideológica da gênese do capitalismo comercial e posterior supremacia do capitalismo industrial. Ao longo desse período, ocorreu a formação do pensamento que justificava o **espírito do capitalismo**, levando ao declínio da **ética da aristocracia** e das ideias das relações socioeconômicas feudais. O declínio e a transformação da moral e da ideologia feudal conduziram a um novo código de conduta moral que correspondia à realidade do nascimento do capitalismo, do interesse e da necessidade da classe burguesa em ascensão - com a queda dos preceitos morais e religiosos do catolicismo, então inúteis e irreais para aquele momento histórico de supremacia do capitalismo.

Os fundamentos do comportamento do sistema capitalista baseado em diferentes análises motivacionais têm em Max Weber (1989) o início da tradição que impôs a noção de uma ideologia de **espírito do capitalismo**, em que aparecem as razões e os interesses individuais e crenças associadas à ordem capitalista como justificativas que sustentam, legitimam os modos de ação capitalista, do trabalho, e que também passaram a legitimar a propriedade, o patrimônio e a reprodução dessa ordem social. Weber (1989) assentou sua análise na moral burguesa (as virtudes da prudência, da frugalidade, da moderação, da família, do trabalho) e nos preceitos do puritanismo protestante calvinista. Essas atitudes e os motivos éticos protestantes inspiravam os burgueses em sua atitude prática de acumulação de capital, dando margem a uma nova relação moral entre os homens e o trabalho - não necessitando mais a sociedade do *ethos* da religião católica ou de um controle da vida social pela ordem religiosa - que passou a ser justificada pela vocação do trabalho: o homem deve cumprir o seu dever, originando poderosa razão moral para justificar o capitalismo.

Essa ideologia perdurou por muito tempo, mas necessitou ser atualizada e adaptada devido ao desenvolvimento econômico e social da sociedade capitalista. Durante a segunda metade do século XX, o capitalismo passou a ser dominado por uma nova dinâmica e por novas atitudes por parte da burguesia, agora hegemônica, não necessitando

mais viver do trabalho. Embora com mudanças, a nova explicação do espírito do capitalismo manteve a visão de uma sociedade justa, de proteção dos interesses coletivos, do bem comum, da nação, do Estado, continuando a apresentar a acumulação de capital como finalidade em si mesma. Esta ideologia atende ainda às necessidades das pessoas comprometidas no processo de acumulação, em especial das classes médias, formadas por trabalhadores que foram educados, formados e treinados para organizar as práticas econômicas desvinculadas de qualquer significado da esfera moral.

A ideologia do capitalismo como conjunto de representações mentais que legitima a nova realidade industrial, no período pós-crise dos anos 1930, seguiu na linha da glorificação e dos elogios à profissão e à competência adquirida pelo capital humano em seu esforço próprio, pela via da educação, especializando-se e aprimorando-se para a condução dos negócios, agora realizados pela descentralização, pela meritocracia e pela administração por objetivos. Essa nova justificativa do capitalismo sinalizou os executivos como os novos heróis da economia, devido à separação entre a propriedade e a gestão das grandes empresas. Assim, o nascimento da gestão empresarial e de seu corpo de executivos, administradores e diretores assalariados que gerenciavam as grandes empresas deu origem a um novo espírito do capitalismo. Alinha seguida estava preocupada com a mobilização, motivação do pessoal, e para dar sentido ao trabalho do executivo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Ao constatar o processo de mudança, as conquistas sociais e a evolução do sistema capitalista, o sociólogo inglês Thomas H. Marshall apresentou uma tese que ressalta o processo de crescimento dos direitos de cidadania. Nessa linha, mostrou a evolução do crescimento da cidadania, tendo o século XVIII representado o período das vitórias e das conquistas da cidadania civil (liberdade da palavra, religião, pensamento etc.). O século XIX testemunhou as conquistas dos direitos de cidadania política (direito ao voto e extensão a um grupo cada vez maior), para, finalmente, o século XX marcar a vitória dos direitos da cidadania social e econômica na vida dos indivíduos. Os cidadãos têm agora reconhecidos os direitos de ter atendidas as condições mínimas de educação, saúde, segurança, bem-estar econômico, e não mais como assistência social (HIRSCHMAN, 1992).

Uma grande reestruturação econômica e social iniciada nas últimas três décadas do século XX apresenta sua supremacia a partir dos anos 1990, pondo em prática novas tecnológicas rumo à flexibilidade, o que obrigou a uma adaptação na explicação do espírito do capitalismo. Essa terceira ideologia procurou dar conta do novo modelo de capitalismo globalizado, assentado na competição, na eficiência, na concorrência e nas exigências do mercado financeiro. Um processo de manipulação de símbolos amplo e vago, como metáforas da rede, sociedade global, aldeia global, surgiu para respaldar o sistema e sua nova proposta de gestão, não somente da sociedade, mas também da dinâmica das empresas, essencialmente centradas na gestão da competência e da eficiência.

Nessa nova realidade tudo é possível, devido à criatividade, à flexibilidade, à capacidade de iniciativa do trabalhador e à proposta de desenvolvimento pessoal. O novo sistema passou a sinalizar a tendência de valorização das pessoas abertas e flexíveis, que conseguiam sempre se adaptar às novas circunstâncias. Todavia, esta etapa disseminou muitos elementos transgressores das posições éticas e morais defendidas pela antiga moral burguesa weberiana (prudência, parcimônia e frugalidade), assentada na exaltação do exibicionismo, do consumismo, da realização dos desejos e das aspirações egoístas pessoais e das muitas que são criadas pelo *marketing* e pelo mercado. Assim, no capitalismo financeiro global ocorreu o estímulo a diversas paixões ainda mais condenáveis e malignas que as anteriormente reprimidas, como a ganância, a avareza, o consumismo, o egoísmo, o cinismo, a corrupção. A lógica da competição e da eficiência tem provocado uma guerra sem fronteiras de todos contra todos, estimulando o crescimento dos conflitos sociais e da insegurança de indivíduos, estados e nações, num processo de salve-se-quem-puder, numa volta ao canibalismo, em um processo incessante de batalha, jogando as pessoas contra as outras, de modo que a violência estrutural passa a ser uma situação característica desse novo tempo (SANTOS, 2000).

O consumo aparece como forma de socialização típica desta época, levando à inércia na defesa dos interesses individuais e sociais. Não é sem razão que, no reino do capitalismo financeiro globalizado, na sociedade americana (que preza o individualismo pela competição, supervaloriza o consumo, estimula a ganância, aprova o uso e a

posse de armas), nas últimas décadas, tem-se presenciado e se tornado cada vez mais comuns os massacres em escolas, universidades, no local de trabalho, com muitas mortes de inocentes.

As bases ideológicas que legitimam as ações da hodiernidade estão assentadas em torno de um novo *ethos* de relações sociais e interpessoais, que molda o caráter das pessoas em termos de competitividade e consumo, disseminando uma violência estrutural e práticas antes moralmente condenadas na forma de agir, ao mesmo tempo em que se pratica o assalto e retiram-se as conquistas que os trabalhadores conseguiram ao longo de séculos de sofrimento. Lutas que levaram até as diversas mortes nas batalhas (ARAÚJO, 2011). O papel dessa ideologia de consumo e felicidade foi fundamental na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização financeira, que utiliza uma visão, uma ideia e uma explicação mecanicista do comportamento econômico e de mundo, via discurso do pensamento único, apoiado no discurso da mídia e pelo império da informação a serviço do capital financeiro, transformando a vida social e pessoal, eminentemente sob o predomínio da economia e da moeda (SANTOS, 2000).

O culto ao consumo foi estimulado ao extremo, alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, do egoísmo, do cinismo, da corrupção, da perversidade, do narcisismo. O sentido de vida na sociedade passou para o império do consumo e da tirania do dinheiro, controlando a tudo e a todos ao redor do mundo e formando um mercado global cada vez mais interligado. Todavia, trata-se de um processo de consumo que não consiste em acumular objetos, mas no seu uso e gozo de forma descartável, instantânea, imediata, extravagante e único, em que se usa e joga fora. O indivíduo fica sujeito à supremacia da última moda, do último brinquedo que deseja insaciavelmente adquirir. Consoante Bauman (2010), esse processo de consumo frenético é alavancado pela mundialização do dinheiro, do crédito, da dívida, da produção de informação e do consumo, ignorando o interesse social e levando a uma supressão da solidariedade. O dinheiro e a mídia fomentam um novo *ethos* nas relações interpessoais e sociais que disseminam uma violência estrutural, que passa a regular a vida individual e social, a forma de agir dos indivíduos, que passam a se sentir desamparados, indefesos. No entanto, a mídia, ao manipular a informação, tenta apresentar o prazer e

o sucesso como objetivo, na busca de um mundo encantado+.

Ressaltando: os novos valores, uma nova ética corrupta, com afrouxamento dos valores morais, criam o predomínio do individualismo na vida particular e na social, construindo uma fábrica de perversidade, um mundo de exclusão, de desproteção social, de insegurança, onde até na política não existe e não apresenta preocupação com a ética. Presencia-se a morte da esperança e da generosidade como algo natural e inevitável, apoiada no discurso e na produção de meias verdades via os principais meios de informação (SANTOS 2000). Nesta triste realidade, o homem comum sente-se, cada vez mais, incapaz de distinguir o que é real, aparência, ideologia. Em meio a uma informação cada vez mais manipulada, em meio à construção de um mundo de fábula, aparece um discurso e uma retórica usados como mecanismos de convencimento e construção de mitos da cultura de massa, estimulando o consumismo, apoiados pela política de crédito farto e fácil que esconde a manutenção e o aprofundamento dos desníveis sociais.

A materialização da existência humana dificulta um convívio social saudável e estimula a violência. Violência que se torna uma situação característica desse novo tempo em que predomina o dinheiro e o consumo como reguladores da vida individual; revelando ser uma perversidade sistêmica, e não fatos isolados, a ausência de objetivos éticos do modelo consumista que leva a buscar o sentido da vida pela compra de uma parafernália de inutilidades, nem que seja em prestações, de modo que o indivíduo vai tocando a vida medíocre e passivamente, embora, quando assaltado ou agredido, receba a denominação de **cidadão de bem**.

A revolta e os distúrbios ocorridos no Reino Unido, em agosto de 2011, onde o movimento não tinha nem comando central, muito menos uma agenda, revelou uma violência urbana assentada em ondas de assaltos às lojas de eletrodomésticos, celulares, calçados esportivos, roupas. Essa atitude, essa forma de movimento, não parece uma revolta de cidadãos, mas uma rebelião consumista, onde consumidores/ saqueadores, frustrados por não possuírem condição de satisfazer sua ânsia de consumo, dado que lhes falta a habilitação do salário alto e a disponibilidade de crédito para praticar o consumismo - a atual bandeira do capitalismo -,

partiram para a revolta dos excluídos do paraíso do consumo (ROSSI, 2011a).

Observa-se que o capitalismo financeiro processa uma transição de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, determinando um estilo consumista de vida. O mundo foi transformado em um grande magazine. Disseminou-se uma cultura da sedução do consumo e do desperdício, da criação de novas necessidades, novos desejos, exigência de consumo sem critérios, na procura de satisfação de todos os gostos, que levou à frouxidão do caráter, de levar vantagem, de reduzir os vínculos sociais, políticos, éticos. No capitalismo sob a dominância financeira, foram despertadas as paixões mais malignas, mais repugnantes: o irracional e a estupidez altamente condenáveis, próprias dos instintos bestiais do ser humano. Alienados pelo próprio capitalismo, os indivíduos satisfazem-se em ser apenas um consumidor de inutilidades crescentes. O capitalismo vem matando o cidadão, que, antes atento à defesa dos seus direitos individual e social, torna-se um homem novo+, egocêntrico, consumista, que busca sensações, procura o prazer, objetiva a melhor aparência e aptidão física, e, alienado pela cultura da ganância do consumo, visa possuir (coisas que você tem que ter, coisas que você tem que fazer, coisas que são *out* e coisas que devem ser descartadas), alimentado pelo sistema de crédito farto, fácil e rápido (BAUMAN, 2010).

Pelo exposto, depreende-se que a sociedade capitalista conseguiu criar mais mitos do que todas as formas de sociedades anteriores a ela, juntas. Na fase de predominância do capitalismo financeiro, chegou-se ao ponto de abandonar qualquer plano de moralização superficial da sociedade, como a formada na base de valores weberianos da reforma religiosa do século XIX (prudência, virtude do trabalho, direitos individuais, ideal de solidariedade, etc.), rumando para uma sociedade com ausência de nexos morais, produzindo figuras deformadas que objetivam apenas o ganho, o sucesso, o consumo e o individualismo exacerbado. Esse processo despertou na natureza humana o que há de essencialmente pior no comportamento das pessoas, como o egoísmo, o cinismo, a ganância, a violência, elevando a propensão à corrupção, como tão bem mostra o crescimento da violência nas mais diversas sociedades capitalistas ao redor do mundo.

3 A questão da cidadania, a formação da sociedade brasileira e a violência dessa guerra civil

Na sociedade brasileira, a formação e o desenvolvimento da cidadania são um processo lento, complexo e inacabado. A visão conservadora disseminada no País é de vergonha, de inferioridade, e racista com relação ao seu passado escravista, a ponto de predominar a ideia de que se formou aqui um povo inferior, de negros e mulatos, uma sociedade de caipiras e de jecas. O Brasil seria um país formado por um povo preguiçoso, medíocre, dado que tem origem na raça de portugueses ladrões e degredados, no índio indolente e no negro preguiçoso. Essa visão racista de que existe uma raça superior ou de que existe uma cultura superior - conforme Chang (2009) - adapta-se melhor ao desenvolvimento econômico, ao progresso, e proporciona direitos e organização cidadã, devido à conduta da parcimônia, do investimento, do trabalho árduo, da educação, da disciplina e da organização social mais desenvolvida ter sido bastante popular até os anos 1960 e retomado com força nas últimas décadas.

O povo brasileiro, em geral inculto, esmera-se em reproduzir essas bobagens racistas cotidianamente, reproduzindo a tese preconceituosa, apoiado nas ideias de superioridade da cultura protestante de Max Weber e das teses hoje de superioridade da cultura anglo-americana, apresentadas pelo comentarista político Francis Fukuyama e pelo historiador David Landes. Assim, tomar o traço cultural, a preguiça, como exemplo da situação dos países subdesenvolvidos, significa má interpretação, interpretação preconceituosa, pessimista, analisando o subdesenvolvimento como se fosse um estado de espírito. A maioria das pessoas acredita que o Brasil é pobre porque sua população é preguiçosa. O povo baiano é constantemente citado por esta característica típica de preguiça. Todavia, não somente muitos brasileiros, em todos os estados e nas diferentes regiões do País, como também os baianos trabalham arduamente, por muitas horas ao longo do dia e até sete dias na semana em condições sumamente precárias, insalubres e sem proteção das leis trabalhistas.

A questão da preguiça e falta de criatividade são características comuns não somente dos países pobres, como nos países pobres da América Latina ou da África, mas também dos países

desenvolvidos, e decorrem do elevado desemprego ou subemprego que existe em qualquer área capitalista. Acrescente-se ainda que, conforme afirmam Novais e Mello (2009, p. 22):

O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais econômicos. Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. Não há nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam virtudes exigidas pela concorrência: a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, o homem e coisas, em objeto do cálculo em proveito próprio. No entanto, a situação de partida é sempre desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre empresas e entre homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas.

A herança nacional escravista é um marco na história da formação econômica do Brasil. As bobagens das teses biológicas da inferioridade da raça portuguesa começaram a ser combatidas no Brasil a partir da década de 1920. Primeiramente, Oliveira Viana, com uma análise ainda baseada na questão biológica, de raça, apresenta uma visão aristocrática do colonizador português, visto como uma raça superior, que veio formar no Brasil uma camada de aristocratas rurais, com o papel de formar, moldar e passar a dar a tônica à vida nacional, e impondo civilização e ordem às camadas inferiores de negros, índios e mestiços nesse continente (CANDIDO, 1988).

Em 1933, Gilberto Freyre (1996) contestava as teses racistas que apresentavam um misto de horror e vergonha no que diz respeito ao processo de miscigenação da sociedade brasileira. Crítico dos preconceitos sobre a inferioridade dos negros, índios e mestiços, crítico da visão pessimista dos intelectuais conservadores e das elites, para as quais nossa pobreza resulta de inferioridade biológica, Freyre deslocou a explicação para a questão cultural, lançando as bases da identidade nacional nos traços da vida cotidiana da família patriarcal. Em um trabalho que não desconhece a questão da opressão típica da sociedade escravista, exaltou a democracia racial, valorizou o negro e a cultura afro-brasileira, apresentando uma defesa e exaltação do processo da miscigenação. Miscigenação essa que produziu valores superiores e inestimáveis, valorizando a cultura brasileira.

A alegria do brasileiro, dada pela sua diferenciação de sociedade, contribuindo para a formação do caráter diferenciado dessa raça, com características diferentes que deram uma nova contribuição à humanidade: a cordialidade, a criatividade e a tolerância. Freyre ressaltou as características do conquistador português que o tomava um povo privilegiado para realizar a missão de colonizar os trópicos, e também separou o escravo do negro, apresentando sua contribuição para a formação do espírito do povo brasileiro alegre, sua espontaneidade, e sem grande culpa da moral cristã. Com uma análise que contrasta com a racionalidade, com o puritanismo, com a tristeza e com a repressão dos sentimentos típicos dos povos anglo-saxões, apresentou uma louvação ao povo brasileiro.

A penetração do capitalismo britânico no Brasil iniciou o processo de construção de uma esfera que se destacou pelas organizações do trabalho especializado, disseminando os valores individuais, da burocratização e da especialização. Era o capitalismo concorrencial influenciando na economia e na cultura de um país primário-exportador. O Estado começou a formação de uma burocracia civil e militar e, desse modo, ocorreu a redução da influência e do poder do senhor rural na vida e na política nacional. A lógica e o funcionamento da economia e da sociedade brasileira começaram a se subordinar ao cálculo capitalista. O impulso de fora foi desestabilizando a família patriarcal, formando a base da família moderna. O senhor rural perdeu o poder social, político e econômico e a cidade mostrou suas desigualdades entre sobrados e mocambos. Os brasileiros passaram a imitar os padrões de consumo e o estilo de vida dos países ocidentais, em um processo de alienação das elites, que valorizavam adquirir coisas supérfluas e deslocadas da realidade brasileira, com um padrão de consumo e estilo de vida puramente imitativo. A classe média que surgiu passou a girar em torno do sobrado. Foi o fim do predomínio da velha família patriarcal, um dos esteios do controle sobre os miseráveis e os pobres e garantia da manutenção da ordem na sociedade brasileira (FREYRE, 2006).

A partir da formação econômica e social do mundo rural até aquele momento de mundo em transformação, os brasileiros que gozavam de direitos civis e políticos eram em número limitado. A cidadania era um direito de poucos. As transformações que ocorreram naquela sociedade

patriarcal originaram-se nas elites e no Estado e nunca na sociedade. O povo continuava orgulhado nas estruturas culturais e de mediação típicas da época da colônia, com poucas e reduzidas aspirações, mesmo com o predomínio da escravidão industrial, onde o novo escravo passou de pessoa para objeto, dado que no capitalismo ocorre uma despersonalização no trabalho assalariado e os valores materiais ganham preminência sobre todos os outros valores. De acordo com Freyre (2006), a proclamação da república e a abolição da escravatura foram feitas pelas elites, sem base social. A república significou uma continuidade do império, mantendo uma ordem que bloqueava o igualitarismo, como povo brasileiro sendo mantido na sua condição de inferioridade. Entretanto, a democracia social conduziu a uma mobilidade social, com a meritocracia quebrando obstáculos, embora mantendo a característica de cordialidade do brasileiro como uma atitude conciliadora.

Foi na explicação desse processo de mudança, de ruptura do Brasil Velho para o Brasil Novo, que Sérgio Buarque de Holanda (1995) publicou, três anos depois da obra de Freyre, uma análise crítica a respeito da tradição luso-brasileira, que brotou da escravidão, do ócio, da aventura, do patrimonialismo, da família patriarcal, apresentando e revelando sua opção por reformas no Brasil pelo americanismo. Trata-se da análise de uma fase específica da vida brasileira, usando uma reflexão de ordem sociológica para explicar a gênese das mazelas da formação social do Brasil, defendendo que se fazia necessário sepultar o passado ibérico e destruir o passado colonial, estimulando um processo em direção ao americanismo, à racionalidade na sociedade brasileira, que iria melhorar o País. Sua análise mostra um Brasil em que a tradição brotou da escravidão, do ócio, e não do negócio; da aventura adaptativa do português e não do trabalho, do empreendedorismo, comandando a formação dessa organização falha na sociedade brasileira. Sociedade predominantemente aristocrática, na qual imperava a ordem, a autoridade e a hierarquia. Nessa ordem, o Estado brasileiro foi constituído para ficar sempre a serviço dos poderosos e dos ricos, como instrumento das classes dominantes, mesmo quando usava como bandeira as políticas liberais e a democracia. Liberalismo e democracia que não contavam com o substrato econômico e social na realidade Brasil.

Assim, na análise de Holanda (1995), o Brasil apresentava um desenvolvimento incompleto por falta de fundamentos básicos da racionalidade do capitalismo. Até aquele momento não existia a predominância do *ethos* burguês a impulsionar os movimentos e as instituições para dinamizar o desenvolvimento capitalista brasileiro em seus mais diversos aspectos, ou seja, na vida material - trabalho, frugalidade, racionalização em todas as esferas, responsabilidade individual e social, cálculo racional e supremacia do dinheiro. O processo de Abolição marcou o fim do predomínio agrário e levou a uma revolução lenta, demorada. A urbanização contínua e progressiva destruiu o isolamento rural sem eliminar o seu prestígio, mas começou a servir para ampliar os horizontes da horda de excluídos. Nessa sociedade, o processo revolucionário foi lento e não revogou totalmente a velha ordem colonial e patriarcal, que continuou a influenciar e ter consequências morais, sociais e políticas. O Brasil vivia em dois mundos, um definitivamente morto (luso-brasileiro, rural e agrícola), que se recusava a ser derrotado, e outro que lutava por se tornar dominante (imigrante, cidade, indústria), que não dominava por completo.

Da colônia até essa época, a sociedade brasileira foi mal formada, desde as suas raízes. As classes sociais apresentavam desigualdades extraordinárias. As classes cultas, sempre isoladas da nação, deram primazia às conveniências particularistas sobre os interesses da nação e em nome da ordem coletiva. Dominava o elemento emotivo sobre o racional, ficando a atitude da solidariedade restrita a círculos restritos de nossa predileção, não existiam verdadeiros partidos políticos e era superficial a chamada democracia (HOLANDA, 1995). Todavia, Holanda já constatava o advento de valores modernos, do capitalismo, da vida material, do americanismo, ou seja, da ideia de racionalização de todas as esferas envolvidas, na cultura, na ética e na responsabilidade individual e social. Um novo sistema se fez inelutável; novo sistema que tinha o centro de gravidade nos centros urbanos, que, ao longo de todo o império, não parou de subverter a antiga ordem sem eliminar o continuísmo das raízes ibéricas no processo de americanismo. Todavia, esse americanismo continuou a exacerbar manifestações estranhas, dado que as decisões impostas vinham de fora; eram exteriores à Terra Brasil.

A partir daquele instante, de 1930 a 1980, o Brasil apresentou um processo acelerado de

transformações estruturais, com modificações aceleradas e profundas. Enquanto nos países da Europa e nos Estados Unidos da América este processo ocorreu ao longo de séculos, a experiência brasileira foi rápida e profunda, ao longo de 50 anos, não encontrando paralelo na história da humanidade. A sensação era que o País estava se transformando em uma nação moderna, com a implantação do processo da segunda revolução industrial no Brasil e, a modernização do padrão de consumo das camadas médias e ricas da sociedade brasileira, copiando os estilos de vida e de consumo das economias desenvolvidas, mas com acesso restrito a somente parte da população.

O processo de industrialização, as migrações internas e a urbanização no Brasil construíram uma forma de organização capitalista atrasada, tardia, dependente e periférica, que não conseguiu gerar no seu interior capacidade de inovação e financiamento para impor uma dinâmica própria interna, aprofundando a dependência, elevando a abertura externa, estimulando a entrada das multinacionais, a linha de menor resistência para se modernizar e para crescer, num processo de interconexão entre as várias formas de capital (modernas, atrasadas, nacional e estrangeira) e o Estado capitalista. O objetivo era construir uma formação econômico-social moderna que incorporasse os padrões de produção e consumo próprios dos países desenvolvidos. O Brasil produziu o processo de expansão modernizadora, as pressas e a qualquer custo, acelerando o ritmo de industrialização e de internacionalização da economia do país, formando um mercado interno restrito e seletivo (NOVAIS; MELLO, 2009).

Em 30 anos, a estrutura do emprego passou de uma estrutura de predominância agrária para urbana. Entretanto, não foram a cidadania e a democracia os símbolos dessa sociedade nova; não ocorreu a luta pelos direitos individuais e sociais; o consumo passou a ser o grande graal de integração e de introdução na modernidade; e a cultura de massa e do consumo passaram a ser os grandes mecanismos de integração, criando um grande fetiche e alienação, devido à ilusão do consumo e do crédito, encobrindo as fragilidades e debilidades do cidadão brasileiro. Essa urbanização serviu para ampliar os horizontes e mudar os desejos e hábitos dos pobres e miseráveis, quebrar o isolamento, e eliminar o controle sobre os deserdados.

A revolução de 1964 representou a imposição de

um novo modelo de sociedade que intensificou a industrialização e a urbanização, com os investimentos e os melhores empreendimentos realizados e aproveitados pelos que já dispunham de algum capital e de acesso ao crédito. O acelerado crescimento econômico provocou uma ampla gama de oportunidades e gerou uma grande mobilidade pessoal e regional, que provocou a ascensão social e a formação de uma heterogênea classe média, embora esse período represente, no Brasil, a construção de um modelo de sociedade capitalista ainda mais injusto e mais desigual que os outros tipos de sociedade capitalista, com elevada decomposição do tecido social.

A moral repressora da religião católica também começou a entrar em desuso. Ocorreu o declínio da moral católica, de seus valores e de sua autoridade perante os indivíduos e em sociedade muito desigual. O fim desses valores religiosos de repressão representou o terceiro elemento de libertação da velha ordem por parte dos pobres e miseráveis, o período de gestação de uma sociedade de massa que - com o tempo, as mudanças de valores e de ética - caminhou para outro tipo de sociedade. Uma sociedade muito desigual que foi denominada de "capitalismo selvagem" - sociedade degradada, que identifica o sucesso somente como a posse, a riqueza, o consumo de objetos, de inutilidades, a aparência. E, nessa linha, a mídia encarrega-se de intensificar o processo de perfil alienador e deseducativo.

O processo de urbanização, a perda de influência da moral católica na sociedade brasileira e a dissolução do domínio da família patriarcal autoritária, que antes seguravam a miséria no campo e controlavam as aspirações do povo, mantendo a ordem, a autoridade e a hierarquia, fizeram triunfar uma nova moral e um valor apoiado no dinheiro, no consumo, no egoísmo, sobre todos os outros valores. Passou a dominar na sociedade, na grande maioria dos seus indivíduos, uma cultura de amor à supremacia da pobreza espiritual e moral, que já não mais serve para segurar os excluídos que hoje se encontram amontoados nas periferias das grandes, médias e pequenas cidades.

O processo de transformações ocorrido na sociedade brasileira não procurou enfrentar os problemas básicos de concentração da riqueza, da propriedade e do capital, típicos do sistema capitalista. No Brasil, apresentou um nível muito mais elevado. Esse crescimento econômico

sempre foi em favor de uma minoria de privilegiados e quando nos anos 1980 ocorreu a estagnação econômica e a hiperinflação, na denominada "Década Perdida", levou ao agravamento do processo de concentração da renda e da riqueza de forma extraordinária. Já os anos 1990 significaram a implantação de políticas neoliberais. Em virtude do modelo neoliberal, aquela década apresentou um processo de aprofundamento e de deseducação mais elevado que o do início da formação da sociedade de consumo de massa - os brasileiros passaram somente se considerar cidadãos, a se considerar incluídos na sociedade pelas práticas da exploração pelo consumo de luxo, que já era típico de boa parte da classe média. Os brasileiros não mais percebiam a luta cidadã pelos direitos individuais e sociais.

Neste novo mundo, os pobres e miseráveis, livres das amarras autoritárias e da repressão dos valores e do mundo antigo, absorveram rapidamente - via mídia - os novos hábitos de individualismo e consumismo. Como não dispunham de renda, não lhes restaram outra opção a não ser ficar, em sua grande maioria, marginalizada e alojada nas periferias, de modo tal que foram, pouco a pouco, estimulados à luta pela sobrevivência, iniciando um processo de guerra civil entre si e na periferia, que era escamoteado das classes médias e das elites. Estes estratos beneficiados da população, somente nas últimas décadas começaram a ser atingidos pela difícil vida do cotidiano das periferias e a sentirem-se escandalizados quando atingidos pelo crime, pela morte etc., ridiculamente ganhando espaço e clamando por justiça nos principais meios de comunicação. Nas periferias das metrópoles desse Brasil, a luta pela sobrevivência realizada pelos miseráveis, pobres e marginalizados há muito tempo que não tinha e não tem limites. O famoso "cidadão de bem" nunca esteve preocupado - e nem está - com a triste situação destes brasileiros excluídos; muito pelo contrário, não questiona - e muitos são contrários às políticas públicas, pós-constituição de 1988, que surgiram como modo de o Estado procurar atenuar a gravidade desta questão social.

No Brasil, a substituição das amarras antigas da família autoritária, do controle da religião católica e da vida rural pela ordem na qual impera o consumismo, individualismo, egoísmo etc. levaram e acarretou um aprofundamento dos problemas antigos sem dispor das velhas amarras que segurava a miséria, a extrema desigualdade.

Todo esse processo levou à violência, ao desemprego, à marginalidade, ao tráfico de drogas.

A revolta dos cidadãos de bem aparece quando eles são vítimas dessa guerra e dessa gente em assaltos, vitimados pelas mortes e pelo processo de humilhação que sentem ao passar por um sequestro ou em caso de roubos nas famosas saidinhas dos bancos.

A marginalidade e a delinquência sem culpa e sem repressão da família, da religião e do sistema foram as saídas encontradas pelos miseráveis para sobreviver, consumir e sentirem-se devidamente incluídos nessa nova ordem da sociedade de consumo de massa, sem regra e ética. É no consumo de celular de última moda e de uma moto; no usufruto imediato do prazer e do sexo em diferentes festas, que terminam em brigas e mortes, ao invés de em diversão; na liberdade para poder viabilizar de maneira legal - via trabalho muito mal remunerado - ou pela via ilegal, por meio de todo tipo de atividade ilegal possível, seja no tráfico, na prostituição, em assaltos, furto, com a exploração de menores etc. que ocorre a inclusão dos miseráveis neste mundo de consumismo, nos *shopping centers* em que se transformaram os novos valores da sociedade brasileira.

A dura realidade do cotidiano dos brasileiros, a vida precária, a violência a que estão expostos os jovens nas periferias das pequenas, médias ou grandes cidades somente revelam a revolta dos excluídos, e apresentam números que somente são suplantados por países em guerra civil declarada. Guardadas as diferenças históricas, econômicas e sociais, é uma mesma realidade observada em países como o México, por exemplo, que nem a presença do exército consegue tranquilizar a maioria. O jeito mexicano de combater ao crime organizado foi o de pôr o exército para combater o narcotráfico, para o combate à criminalidade. Acontece que, entre 2006 e 2010, ocorreu um total de 34.612 execuções vinculadas ao crime organizado, em uma espiral de violência que só faz crescer. Os mexicanos não acreditam que as políticas do Estado possam protegê-los dos delinquentes e uma boa porcentagem se diz insegura com ou sem a presença das Forças Armadas (ROSSI, 2011b).

A sociedade brasileira, ao adentrar no mundo da globalização financeira, destruiu os valores que reprimiam e seguravam a revolta dos miseráveis. A crise da década de 1980 e as políticas neoliberais somente levaram à destruição do

Estado e de seus aparelhos - repressores ou não -, potencializando os problemas da atuação desse Estado das elites, a sua ineficiência, a falta de recursos e a corrupção que penetrou em quase todos os órgãos desse Estado brasileiro. No Brasil, a inserção no processo de globalização financeira justificou eticamente e potencializou todas as formas e as paixões humanas malignas antes condenadas até pela ideologia do capitalismo weberiano. Conforme afirma Bauman (2010, p. 7), esse capitalismo parasitário apresenta entre as suas muitas características a de se destacar por criar problemas e não por solucioná-los. Esse capitalismo financeiro viciou os indivíduos no *shopping* e no consumo, fornecendo uma droga: o crédito farto e fácil - de modo que viver de crédito tornou-se uma dependência.

Os pobres e miseráveis - semelhante aos ricos, à classe média e aos quem têm um trabalho remunerado - passaram a viver preocupados em construir e viabilizar o consumo de bens supérfluos. Os que possuem uma renda reduzida realizam seus desejos via acesso ao crédito, por meio de cartão de crédito, em uma lógica que não adie a sua satisfação, não adie o seu consumo, realize imediatamente todos os seus desejos, mesmo que não ganhem o suficiente para obtê-los. Não pensam no futuro, não pensam no pagamento. A atuação gananciosa dos bancos, a política benevolente de crédito, torna todos estes desejos dos brasileiros tão fáceis e rápidos, podendo o indivíduo se preocupar apenas em se endividar e desfrutar dos prazeres antes malignos. O objetivo sacrossanto do capital é que os indivíduos somente paguem parte da dívida e se mantenham na dependência por muito tempo, viabilizando um sistema que vive melhor do recebimento dos serviços financeiros continuado da dívida e não do seu pagamento integral.

Na sociedade brasileira contemporânea predomina o hábito de se endividar acima dos próprios recursos, transformando quase todos os indivíduos em devedores eternos, devido à facilidade da oferta de crédito, criando uma falsa prosperidade e, não menos, uma falsa nova classe média, dado que, em meio à euforia, predominam as análises da aparência, por ser sempre mais fácil captar o superficial do que a essência - esta, sempre muito difícil de descobrir e que representa a própria realidade.

Assim, um sistema que viabilizou uma competição individualista, predatória, disseminou a

insegurança e as ameaças que são exploradas lucrativamente até pela mídia, por intermédio de programas e com âncoras conservadores e reacionários que alimentam a indústria do medo e a ira dos supostos bons cidadãos. A mídia lucra com programas inúteis e seus apresentadores recebem salários elevados. A sociedade de consumo que levou a essa guerra civil brasileira apresenta-se como a expressão mais autêntica desses grotescos âncoras televisivos que vivem a pregar um falso moralismo midiático, desconhecendo que se vive tempos em que predominam a face da amoralidade, nas formas de dominação da sociedade capitalista contemporânea.

Nessa realidade brasileira, o indivíduo, o denominado cidadão de bem, alienado e sem rumo é manipulado e sofre o constante abuso das ideias, teses e *slogans* simplificadores. Reina na sociedade brasileira um clima social de falso moralismo, de atitudes piedosas e da hipocrisia. O famoso cidadão de bem altera dois estados de espírito, a ira e a crença cega, por estar impedido de compreender as formas econômicas e as relações sociais contemporâneas que levaram a essa questão de conflito e de criminalidade que impera na sociedade brasileira atual (BELLUZZO, 2009).

No Brasil, a injustiça que surgiu do processo de formação deu origem a seu mau funcionamento social, a uma tremenda desigualdade, tornando elevado o número de pessoas que vivem à margem, sem reconhecimento social, dignidade, sofrendo constantes humilhações. Os brasileiros excluídos absorveram a cultura do capitalismo globalizado contemporâneo, as práticas e atitudes humanas malignas. Este mundo capitalista sem ética, sem moral, que estimula as atitudes e as propensões egoístas, do cinismo e do individualismo, aliadas às medidas de deterioração e desaparecimento do Estado nos anos 1990, contribuiu para o domínio da guerra de todos contra todos, do medo etc.

4 Conclusão

A formação de uma sociedade rural, patriarcal e católica, bastante regulada por regras, por essa ordem, pelos controles sociais, éticos, econômicos e políticos conservadores, restringiu as aspirações e o descontentamento dos pobres e miseráveis no Brasil. Nos anos 30 do século XX, o País iniciou o processo de formação de uma sociedade urbana industrial voltada para o consumo de massa, com um processo de modernização assentado na cópia

do estilo de vida e do padrão de consumo de bens de luxo típicos das elites dos países desenvolvidos. No final do século, a economia brasileira ingressou na ordem financeira global liberal assentada na frouidão do caráter, no individualismo e no consumismo.

Nesse processo, ocorreu uma modificação dos antigos padrões muito rígidos e passou a se exaltar e foi se formando um estilo de vida comandado pela cultura da sedução, do consumo, e pelo prazer, pela dissipação e pelo desperdício. A construção dessa nova realidade foi, pouco a pouco, gestando entre os incluídos e os excluídos do corpo social brasileiro um processo de individualização e de estímulos de paixões humanas egoístas, antes bastante condenáveis. Os desejos, o poder da sedução, a atitude de levar vantagem, de estar sempre a um passo à frente, passaram a ser relações predominantes nessa sociedade. Todavia, esse novo mundo não dispõe mais das amarras necessárias e que serviam para segurar, ordenar e controlar os muitos miseráveis que vivem no Brasil.

Assim, o processo de mudança de uma sociedade assentada em valores do mundo rural, patriarcal, católico, autoritário e repressivo, para um mundo capitalista apoiado no individualismo, no consumismo, no egoísmo e no cinismo acabou com as amarras que seguravam e mantinham ordeiras a miséria e a pobreza na sociedade brasileira. Estes marginalizados, livres das amarras morais, sociais e éticas, partiram para reivindicar a sua parte no bolo, na repartição do produto, acessar os bens de consumo, copiar o estilo de vida que a mídia divulgava ser padrão de felicidade e estilo de vida das classes médias e ricas, nem que seja pela linha da menor resistência, que é a linha da delinquência, do tráfico, da marginalidade e da guerra civil, que tanto atormentam o cidadão de bem.●

Referências:

- ARAÚJO, W. Ordem mundial apresenta falência múltipla de órgãos. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=5176>. Acesso em: 29 ago. 2011.
- BAUMAN, Z. Capitalismo parasitário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BELLUZZO, L. G. de M. O mercado sumiu. In: MACEDO, T. de. Belluzzo: apertem os cintos que o mercado sumiu+. 28 mar. 2009. Disponível em: <<http://tatodemacedo.blogspot.com/2009/03/belluzzo-apertem-os-cintos-que-o.html>>. Acesso em: 28 mar. 2009.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CANDIDO, A. As visões políticas de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, A. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CHANG, H-J. **Maus samaritanos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FREYRE, G. **Sobrados e mocambos**. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HIRSCHMAN, A. O. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS; Rodrigo; VIEIRA, William. Privilegiados. E incógnitos. **Carta Capital**, São Paulo, a. XVII, n. 662, p. 28-32.

NOVAIS, F.; MELLO, J. M. C. de. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: FUNESP; Campinas: FUNCAMP, 2009.

REPÓRTER BRASIL. **Violência no Brasil**. 14 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1487>>. Acesso em: 11 set. 2011.

ROSSI, C. **Rebeldes com causa e sem agenda**. 11 ago. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/957835-rebeldes-com-causa-e-sem-agenda.shtml>>. Acesso em: 11 ago. 2011a.

ROSSI, C. **O Alemão e o México**. 09 set. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/972706-o-alemao-e-o-mexico.shtml>>. Acesso em: 11 set. 2011b.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1989.

***Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, mestre em Economia/UFC-CAEN e doutorando em Políticas Públicas no Dinter Universidade Federal do Piauí/Universidade Federal do Maranhão.**

FAMÍLIAS VULNERÁVEIS como expressão da questão social, à luz da política de assistência social

Por Izabel Herica Gomes M. Cronemberger* e Solange Maria Teixeira**

Resumo: o crescente mapa de miséria e pobreza, no Brasil, constitui inquietação que incita refletir sobre suas influências na proteção social e, principalmente, na área de atuação junto às famílias. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo evidenciar a vulnerabilidade da família que, desassistida pelas políticas públicas, se encontra impossibilitada de responder às necessidades básicas de seus membros e, por conseguinte, tem sua condição de exclusão, pobreza aprofundada. Pretende-se, com isso, contribuir para o debate acerca da construção de caminhos que fortaleçam a família cidadã protegida pelos direitos sociais. O recurso metodológico consistiu em revisão de literatura e documental sobre a questão social e a temática da família. Conclui-se que as políticas públicas se eximem de uma ação mais emancipada e que, de fato, atendam as necessidades da família contemporânea.

Palavras-chave: Questão social. Proteção Social. Família.

1 Introduzindo o tema

Nos últimos vinte anos, várias mudanças ocorridas nos planos socioeconômico-culturais, pautadas no processo de globalização da economia capitalista, vêm interferindo na dinâmica da família e da ordem societária. Tais mudanças têm recorte na vida econômica, social e cultural da população, gerando altos índices de desigualdade social.

Como reflexo da estrutura de poder instituída, principalmente no que tange às mudanças econômicas, acentuam-se as desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência, minando as expectativas de superação desse estado de pobreza e reforçando sua submissão aos serviços

públicos existentes.

Fora das cenas política, social e econômica, o caminho para grande parte da população, segundo Telles (1996), é a dependência das juras de absorção, seja pela via mercado, ou pela crescente prática da filantropia privada ou pública, o que de fato atualiza a pesada tradição de exclusão e desigualdade.

Neste sentido, intenciona-se refletir sobre as vulnerabilidades sociais, como uma das expressões da questão social, e sobre a interface com a proteção social a famílias vulneráveis. Outro objetivo é apontar a vulnerabilidade da família que, desassistida pelas políticas públicas, se vê impossibilitada de responder às necessidades